

O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, PARANÁ

FERREIRA, Edimara ¹

BUTZGE, Clóvis Alencar (Orientador) ²

RESUMO: Considerando as mudanças pelas quais o ensino de Língua Portuguesa vem passando ao longo das últimas décadas e também as dificuldades do trabalho com a variação linguística em sala de aula, será abordado no presente artigo como professoras dos anos finais do Ensino Fundamental do Município de Salto do Lontra, Paraná, trabalham com a variação linguística, e também se esse trabalho está em consonância com o que sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná – Língua Portuguesa (PARANÁ, 2008). Para verificar como ocorre esse trabalho, foram selecionadas sete docentes de Língua Portuguesa de quatro escolas de Salto do Lontra, as quais participaram de entrevistas em que falaram de suas práticas de ensino. As respostas das entrevistadas foram confrontadas com a literatura da área de ensino de Língua Portuguesa, em especial no que tange ao trabalho com variação linguística, e com os documentos norteadores da educação. Observou-se, entre outros resultados, que as professoras trabalham com a variação linguística em sala de aula e que várias práticas utilizadas estão em consonância com os documentos norteadores, porém também se percebeu que alguns recursos utilizados e a forma da condução da prática da variação linguística por parte de algumas professoras vão de encontro aos documentos que orientam a educação básica, como o uso de textos não autênticos e foco na variação em alguns anos do Ensino Fundamental e não em outros.

PALAVRAS-CHAVE: *Professores. Ensino. Variação linguística. Currículo.*

RESUMEN: Considerando los cambios que la enseñanza de Lengua Portuguesa viene pasando a lo largo de las últimas décadas y también las dificultades del trabajo con la variación lingüística en el aula de clase, será discutido en el presente artículo cómo las profesoras de los años finales de la Enseñanza Fundamental del Municipio de Salto do Lontra, Paraná, trabajan con la variación lingüística, y también si ese trabajo está en consonancia con lo que sugieren los *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental* (BRASIL, 1998) y las *Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná – Língua Portuguesa* (PARANÁ, 2008). Para verificar como ocurre ese trabajo, fueron seleccionadas profesoras de Lengua Portuguesa de cuatro escuelas de Salto do Lontra, las cuales participaron de entrevistas yue hablaron de sus prácticas de enseñanza. Las respuestas de las entrevistadas fueron confrontadas con la literatura del campo de enseñanza de Lengua Portuguesa, en especial a lo que se refiere al trabajo con la variación lingüística y con los documentos orientadores de la educación. Se observó, entre otros resultados, que las profesoras trabajan con la variación lingüística en el aula de clase y que varias prácticas utilizadas están en consonancia con los documentos orientadores, sin embargo se percibió también que algunos recursos utilizados y la manera de la conducción de la práctica de la variación lingüística por parte de algunas profesoras no van al encuentro de los documentos que orientan la educación básica, como el uso de textos no autênticos y foco en la variación en algunos años de la Enseñanza Fundamental y no en otros.

PALABRAS-CLAVE: *Profesores. Enseñanza. Variación lingüística. Currículo*

¹ Acadêmica da 9ª fase do Curso de Graduação em Letras: Português e Espanhol - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus Realeza*- PR.

² Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus Realeza*- PR.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma pesquisa sobre como professoras³ dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, trabalham com a variação linguística em sala de aula e se esse trabalho está de acordo com o que orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - PCN (BRASIL, 1998), e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná – Língua Portuguesa – DCE (PARANÁ, 2008).

A fundamentação desta pesquisa baseia-se numa perspectiva variacionista de ensino de língua, a qual concebe a língua como “[...] intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e [que] está sempre em desconstrução e em reconstrução” (BAGNO, 2007, p. 36), ou seja, que a língua não é um elemento pronto, acabado, mas que está sempre se modificando.

Para tanto, foram estudados autores que contribuem para o trabalho com a variação linguística em sala de aula, entre eles: Bagno (2007), Soares (1994), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2007), Gregolin (2007), Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011) e Tarallo (2003). Também foram utilizados como base para o desenvolvimento do trabalho com a variação linguística o que determinam os PCN (BRASIL, 1998) e as DCE (PARANÁ, 2008).

Para a realização dessa pesquisa, foram selecionadas quatro escolas de Ensino Fundamental - anos finais, duas localizadas no campo (Escola Estadual de Campo Nosso Senhor do Bonfim e Escola Estadual de Campo da Barra do Lontra) e outras duas localizadas na cidade (Escola Estadual Jorge de Lima e Escola Estadual do Bairro Itaipu). De três escolas, foram entrevistadas duas professoras e de uma quarta escola uma professora de Língua Portuguesa, totalizando sete docentes. Também foram consultados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das quatro escolas.

Através da análise das entrevistas das professoras, pode-se afirmar que elas desenvolvem o trabalho com a variação linguística em sala de aula, e que algumas das professoras dão ênfase ao trabalho com a variação no sexto e no sétimo ano do Ensino Fundamental - anos finais, trabalhando assim a variação somente como um conteúdo isolado, e não como uma prática constante a ser desenvolvida em sala de aula. Também se percebeu que elas seguem principalmente as DCE, sendo que muitas já não têm mais contato com os PCN.

O artigo se estrutura em tópicos, sendo o primeiro uma contextualização histórica e teórica do ensino de Língua Portuguesa no Brasil; o segundo descreve o contexto e a

³ Será utilizado no decorrer do artigo o termo “professoras”, pois todas as entrevistadas são do sexo feminino.

metodologia da pesquisa; o terceiro traz a análise dos dados e os resultados; e, por fim, as considerações finais trazem uma síntese da análise e apontamentos para futuras pesquisas.

2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: da homogeneidade à heterogeneidade linguística

O ensino de língua portuguesa no Brasil passou por mudanças desde a sua inserção no currículo escolar. Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011) apontam que, até a metade do século XVIII, a Língua Portuguesa era considerada apenas um instrumento de alfabetização, e quem frequentava a escola eram apenas alunos pertencentes à classe alta da sociedade e que já tinham o contato com a variante de prestígio da língua. Após a reforma pombalina, mudanças começaram a ocorrer, dentre elas passou-se a trabalhar com o estudo da gramática do português: “[...] a reforma tornou obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil, proibindo o uso de outras línguas; no sistema escolar seguindo a proposta de Verney, introduziu-se o estudo da gramática do português [...]” (RODRIGUES; CERUTTI-RIZZATTI, 2011, p. 57).

Até meados do século XIX, o ensino da gramática continuou a ser o conteúdo principal da disciplina de Português, pois a classe privilegiada continuava a ser a maioria nas salas de aula, conforme afirmam Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011, p. 58): “[...] continuavam a frequentar a maioria das escolas os alunos das classes sociais privilegiadas, pertencentes a contextos culturais escolarizados [...]”, sendo assim, o ensino de Língua Portuguesa não teria por que mudar, visto que, quem frequentava a escola já estava inserido nesse domínio culto da língua. Nesse período, o ensino estava voltado para uma perspectiva homogeneizadora da língua, sendo constituído por apenas uma variedade da língua: a gramática tradicional.

Gnerre (1994) aborda que na perspectiva homogeneizadora uma variedade linguística passa a ser definida como padrão a partir de uma tradição cultural: “[...] uma variedade linguística usada, como já dissemos, em grupos de poder, e tal variedade foi proposta como algo de central na identidade nacional, enquanto portadora de uma tradição e cultura” (GNERRE, 1994, p. 8-9). Dessa forma, a gramática tradicional passa a ser aceita como única, pois os grupos dominantes da sociedade fazem uso dessa variedade da língua. Gnerre argumenta, ainda, que “A língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade” (GNERRE, 1994, p. 15).

O ensino de língua começa a passar por grandes mudanças a partir da década de 1960, como apontam Rodrigues e Cerutti-Rizzatti (2011), Bagno (2007), Gregolin (2007) e Magda Soares (1994), quando passaram a ser inseridos na sala de aula alunos das mais diversas realidades: filhos da burguesia, da classe média e da classe baixa. Com isso, necessitava-se de

mudanças no ensino de língua, pois os novos integrantes da escola compunham uma diversidade de variedades linguísticas presentes no âmbito escolar, e o ensino pautado na gramática tradicional não dava conta do novo público estudantil.

Porém, mesmo com essas mudanças de público nas escolas, o ensino continuava a ser voltado para a transmissão da gramática normativa, não se levando em consideração as inúmeras variedades presentes na sala de aula. As DCE apontam que, com essa expansão do ensino, ocorreu “[...] um profundo choque entre modelos e valores escolares e a realidade dos falantes: choque entre a língua da maioria das crianças (e jovens) e o modelo artificial de língua cultuado pela educação da linguística tradicional [...]” (FARACO, 1997, *apud* PARANÁ, 2008, p. 43).

O ensino de Língua Portuguesa precisava ser repensado, e devido a isso, a partir de 1970, começaram a aparecer estudos que influenciaram em uma perspectiva de mudança no ensino de língua, dentre eles os da Sociolinguística, área que estuda a relação entre língua e sociedade, considerando a língua como uma estrutura heterogênea, passível de mudanças e variações (BAGNO, 2007; TARALLO, 2003; FARACO, 2007). Bagno (2007, p. 38) afirma que “Língua e sociedade estão indissolúvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra”, portanto, os estudos de língua e sociedade não podem existir isoladamente. Tarallo (2003, p. 6), em relação à língua, afirma que “A cada situação de fala em que nos inserimos e da qual participamos, notamos que a língua falada é, a um só tempo, heterogênea e diversificada”, sendo assim, a língua não é considerada um fenômeno único e imutável, mas sim multifacetado e dinâmico.

Gregolin (2007) aponta que, a partir dos anos de 1960, a teoria linguística passa a ser inserida nos currículos dos cursos de Letras, iniciando-se com isso os conflitos entre as teses descritivas e as teses prescritivas da língua. Na década de 1970, cria-se a “Lei 5692/71”, que orientava o ensino de língua, porém esse documento apresentava uma mistura entre as ideias da gramática normativa e da teoria da comunicação. Gregolin (2007) aponta que somente ocorreu um debate mais profundo sobre a heterogeneidade da língua a partir de 1980, ocorrendo uma transformação da concepção de língua na escola: “A sociolinguística coloca em xeque a idéia da homogeneidade linguística, trazendo à tona a discussão sobre as variedades” (GREGOLIN, 2007, p. 67), iniciando-se o reconhecimento da heterogeneidade da língua no ensino.

Na década de 1990, essa visão de língua heterogênea passa a integrar os currículos nacionais e estaduais de ensino. No ano de 1998 foram criados os PCN para servirem de apoio

ao desenvolvimento do projeto educativo na escola a nível nacional. Já no ano de 2008, foram publicadas as DCE no Estado do Paraná, das quais os professores participaram da construção.

Com relação ao ensino de Língua Portuguesa, esses documentos norteadores propõem um ensino interacionista, em que o foco está no domínio efetivo de falar, ler e escrever. Os PCN demonstram que no Brasil não existem variedades fixas, convivendo diversas variedades em um mesmo ambiente, compondo assim um fenômeno de mescla linguística. Levando em consideração essa mescla “[...] o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção [...]” (BRASIL, 1998, p. 31), sendo assim, a escola deve possibilitar o trabalho com as variedades da língua, e com as diferentes situações comunicativas.

É ressaltado nos PCN que o estudo da variação deve estar presente em todas as práticas de Língua Portuguesa, pois cumpre função na formação da “[...] consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa” (BRASIL, 1998, p. 82). Assim, faz-se necessário o trabalho não somente com o conteúdo variação linguística, mas também com a variação nos quatro eixos de ensino: a leitura, a escrita, a oralidade e a análise linguística.

As DCE estão inseridas “[...] numa proposta que dá ênfase à língua viva, dialógica, em constante movimentação, permanentemente reflexiva e produtiva” (PARANÁ, 2008, p. 48), ou seja, a língua na sua heterogeneidade. Ainda nas DCE é apontado que a escola deve acolher os alunos independentemente da variedade linguística que utilizam e que “a acolhida democrática da escola às variações linguísticas toma como ponto de partida os conhecimentos linguísticos dos alunos, para promover situações que os incentivem a falar [...]” (PARANÁ, 2008, p. 55). Dessa forma, a escola deve acolher as diferentes variedades linguísticas, e promover situações de uso real da fala, demonstrando que, mesmo com as diferenças na composição, todas as variedades são lógicas e bem estruturadas.

As DCE discutem ainda que a língua se modifica de acordo com o contexto de interação e que, por muito tempo, as demais variedades foram marginalizadas, discriminadas: “[...] estas Diretrizes reconhecem as variantes linguísticas como legítimas, uma vez que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados em relação à centralidade ocupada pela norma padrão, pelo poder da fala culta” (PARANÁ, 2008, p. 65). Tanto nos PCN quanto nas DCE são sugeridas atividades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística envolvendo a variação linguística como: produção de chat, e-mail, cartas, teatros, cenas de novela, filmes, leitura de fotos, cartazes, jornais, etc. São citados exemplos, como da

transcrição das falas de personagens de uma novela, filme e/ou jornal, possibilitando um trabalho de análise das diferentes falas. Dentre os conteúdos estruturantes, a variação linguística e o léxico estão elencados em todos os anos do Ensino Fundamental - anos finais.

Diante desses pressupostos, tem-se a importância de se trabalhar com a variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa, pois este trabalho possibilita aos alunos manterem o contato com a língua em sua forma heterogênea, mutável e variável, ou seja, em suas múltiplas variedades e não somente com a variedade de prestígio (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2004). Bortoni-Ricardo (2004, p. 25) afirma que “Na sala de aula, como em qualquer outro domínio social, encontramos grande variação no uso da língua [...]”, ou seja, não importa o domínio social em que os indivíduos estão inseridos, porque em todos ocorrem variações no uso da língua, pois a variação é inerente à comunidade linguística.

3 CONTEXTO DA PESQUISA: Dialogando com professoras de Salto do Lontra

O Município de Salto do Lontra está situado no Sudoeste do Estado do Paraná e possui aproximadamente 14 mil habitantes. A origem do nome do Município se deve ao fato de que existiam muitas lontras em uma queda de água próxima da cidade na época de sua criação.

No Município de Salto do Lontra estão em funcionamento oito escolas de Ensino Fundamental - anos finais. Na pesquisa realizada foram selecionadas apenas professoras de Língua Portuguesa de quatro escolas, sendo duas localizadas na sede do Município (Escola Estadual Jorge de Lima e Escola Estadual do Bairro Itaipu) e duas no campo (Escola Estadual de Campo Nosso Senhor do Bonfim e Escola Estadual de Campo da Barra do Lontra). As escolas estaduais estão vinculadas ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos - PR. Por ser uma pesquisa qualitativa, não foram envolvidas todas as escolas do Município, sendo escolhidas as escolas de mais fácil acesso, a fim de viabilizar economicamente a pesquisa.

Foram entrevistadas sete professoras de Língua Portuguesa que ministram aulas no Ensino Fundamental. Em duas das escolas, as professoras que participaram das entrevistas eram as únicas de Língua Portuguesa do Quadro Próprio do Magistério (QPM) lotadas na escola, nas outras duas escolas, as professoras entrevistadas foram às indicadas pela direção e também as com disponibilidade para participarem no momento da coleta de dados. O *corpus* da pesquisa foi constituído por meio da coleta de dados orais e documentais. Realizou-se inicialmente o envio do projeto para a aprovação ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS. Após a aprovação⁴, se iniciou a coleta de dados, sendo que as entrevistas

⁴ Número do processo de aprovação: 926.693, aprovado em 24 de dezembro de 2014.

foram gravadas em áudio MP3 e baseadas em um questionário semi estruturado contendo sete perguntas relacionadas às docentes e suas práticas de ensino em sala de aula.

A coleta de dados foi realizada entre fevereiro e março de 2015, sendo que todas as entrevistas foram realizadas no ambiente da escola, para que as professoras se sentissem mais à vontade e diminuísse o risco de constrangimento delas. Algumas das professoras pediram um tempo para se prepararem para a gravação e, também, duas professoras se recusaram a participar da entrevista, sendo substituídas por outras.

Os nomes das entrevistadas serão preservados, em virtude da ética da pesquisa, para evitar constrangimentos psicológicos e morais às professoras. As entrevistas foram transcritas de acordo com a metodologia de transcrição do projeto NURC/SP⁵ e tabeladas de acordo com a pergunta, confrontado-se todas as respostas obtidas para a mesma questão.

4 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NAS AULAS DE PORTUGUÊS EM SALTO DO LONTRA

As professoras entrevistadas foram questionadas partindo-se de sete questões sobre a prática que desenvolvem com o ensino de língua. Cada uma das questões gerou aqui um subtópico, no qual serão sintetizadas as respostas obtidas. Todas as entrevistas foram transcritas em sua totalidade, porém aqui serão citadas apenas partes dessas transcrições.

4.1 Experiências dos profissionais entrevistados

A primeira pergunta dirigida às entrevistadas foi a seguinte: “Relate sua experiência profissional como docente de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental”. Das sete professoras entrevistadas, duas já trabalham há mais de trinta anos com a docência; duas há mais de vinte anos; outras duas professoras há mais de quinze anos e outra professora há menos de dez anos. Todas são licenciadas em Português e são efetivas do magistério estadual.

Duas entrevistadas consideram a disciplina de Língua Portuguesa indispensável, pois dá aporte para um trabalho diversificado: *“acho assim MARAvilhoso trabalhar Língua Portuguesa nas escolas... porque a gente desenvolve um trabalho diNÂMico diversificado... pois a disciplina:: nos possibilita e nos dá abertura para a realização di trabalhos com leitura... é:: escrita produção i:: a questão gramatical de modo geral...”* (professora 05), sendo assim, essas consideram que o trabalho que realizam é gratificante.

⁵ Norma Urbana Regional Culta. Na transcrição não se utilizam sinais de pausa, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa. Todo conteúdo (oralidade) é transcrito, inclusive hesitações, risadas.

Com base nas respostas obtidas na primeira questão, pode-se dizer que todas já têm experiência em sala de aula e que muitas participaram efetivamente das mudanças que a educação vem sofrendo, como a preparação durante cinco anos para a implementação das DCE, no ano de 2008, as novas formações como o PDE e programas de mestrado e doutorado, e as alterações na disciplina de Língua Portuguesa no que se refere ao trabalho com a gramática normativa e a variação linguística. Também, nota-se que todas demonstram estar realizadas exercendo a profissão docente, mesmo com os entraves que enfrentam diariamente.

4.2 A concepção de variação linguística das entrevistadas

A segunda questão realizada foi: “Qual a sua definição da concepção de variação linguística?”. As professoras 01, 02, 03 e 04 comentaram que a variação são as mudanças na língua, as diferentes maneiras de falar e escrever: “[...] *entendo como variação linguística as diferenças na fala... na pronúncia das palavras... na colocação e que às vezes acaba isso essa variação... aparecendo... estando presente também na escrita...*” (professora 04); ou ainda, “[...] *as diferentes formas de falar ah::: dos alunos que vêm de diferentes classes sociais ou mesmo... alunos que vêm de:: regiões diferentes então eles têm a sua variação linguística...*” (professora 03). Neste trecho, a professora associa ainda a variação a fatores extralinguísticos.

Alkmim (2001) e Bagno (2007) discutem os fatores intralinguísticos e extralinguísticos relativos à variação da língua. Os extralinguísticos são de ordem geográfica, social (status socioeconômico, escolaridade, idade, sexo etc.) e situacionais. Na fala da professora 03, acima, e em outras falas, são destacados fatores de ordem de classe social e fatores regionais quanto ao trabalho com a variação. Já os fatores intralinguísticos relacionados à variação são: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático, sendo que esses fatores não aparecem explicitamente nas respostas, mas é possível deduzir que esses fatores intralinguísticos são trabalhados, no entanto a ênfase está em aspectos de variação de ordem regional, social e situacional.

Na fala das professoras também foi percebido um conflito quanto à utilização dos termos variação, variedade e variante, como na fala da professora 03 acima, em que ela fala que “*eles têm a sua variação linguística...*”, contudo seria a sua variedade linguística. O termo variação é definido por Bagno (2007) como o fenômeno que causa as mudanças em todos os níveis da língua. Um exemplo de variação é a lexical, que foi abordada por várias professoras, e que se constitui no uso de diferentes termos para um mesmo objeto.

A variedade linguística, por sua vez, é conceituada como “[...] um dos muitos modos

de falar uma língua” (BAGNO, 2007, p. 47). Já a variante é “[...] cada uma das formas diferentes de se dizer a mesma coisa” (BAGNO, 2007, p. 50), como o caso do /r/ que pode ser pronunciado como [R] vibrante múltipla e [r] vibrante simples. Dessa forma, é necessária a compreensão desses termos, especialmente pelos docentes de Língua Portuguesa, para facilitar a compreensão dos alunos quanto à diversidade linguística.

Outra professora enfatizou novamente que a variação linguística são as diferentes maneiras de se expressar, sinalizando que o objetivo final é a comunicação: *“variação linguística são as diferentes FORMas de se expressa: em uma mesma LÍngua... sendo que todas elas devem ser respeitadas... porque a função final da língua é a comunicação...”* (professora 07). Nesse trecho, é perceptível que a professora expressa que em um mesmo ambiente podem estar diversas variedades da língua, mas que todas estarão dialogando, pois o objetivo da língua é a comunicação entre os seres humanos, e também que é necessária a valorização social das diversas variedades presentes na língua.

Os PCN apontam que “A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa” (BRASIL, 1998, p. 29). Sendo assim, a Língua Portuguesa é variável e composta de diversas variedades e o aluno ao ingressar na sala de aula já está inserido em alguma dessas variedades, e essa variedade deverá ser respeitada e valorizada socialmente. Já as DCE com relação à variação linguística reconhecem “[...] as variantes linguísticas como legítimas, uma vez que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados em relação à centralidade ocupada pela norma padrão, pelo poder da fala culta” (PARANÁ, 2008, p. 65).

Analizando a fala das entrevistadas e os documentos norteadores, pode-se afirmar que as professoras mesmo apresentando dificuldades quanto à utilização dos conceitos, sabem definir a variação, e também elencam que devem realizar um trabalho respeitando as diferentes variedades da língua, conforme determinam os PCN e as DCE. Portanto, a definição das professoras é pertinente se confrontada aos documentos.

4.3 Presença da variação nas aulas do Ensino Fundamental

Com relação à terceira questão, “Você desenvolve trabalho com a variação linguística em sala de aula e em que séries do Ensino Fundamental?”, quatro professoras entrevistadas afirmaram que trabalham com a variação preferencialmente no sexto e sétimo ano, mas que se houver necessidade esse trabalho também é desenvolvido em outros anos: *“então esse trabalho a gente acaba planejando mais pro sexto ano não que não seja retomado mas ele não (ruídos) chega a ser um trabalho específico com oitavo e nono...”* (professora 04). Sendo

assim, estas professoras enfatizaram que o conteúdo, o foco do trabalho com a variação é nesses anos iniciais. As DCE apresentam uma tabela com a base dos conteúdos a serem desenvolvidos no Ensino Fundamental do Paraná, nessa tabela a variação está presente para ser trabalhada em todos os anos das séries finais do Ensino Fundamental envolvendo atividades de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, e não somente como um conteúdo, e sim como uma prática constante nas aulas de Português.

Outras três professoras comentaram que trabalham com a variação linguística em todos os anos: *“todas as turmas a gente trabalha alguma coisa assim da:: do:: da variação linguística...”* (professora 06) e ainda *“nós trabalhamos sempre dentro da variação linguística então não existe uma série determinada... claro que todas as séries você vai falar um pouco você vai frisar sobre a questão da variação linguística das várias regiões do Brasil...”* (professora 07). Assim, pode-se perceber que o trabalho com a variação linguística por parte de algumas docentes é desenvolvido em todas as séries.

Os PPP das escolas investigadas não determinam as listas de conteúdos a serem trabalhados em cada ano, portanto, depreende-se que os professores devem seguir as orientações dos PCN e das DCE. Outro ponto observado é que as professoras que tratam a variação como conteúdo isolado elencam que o trabalho deve ocorrer nos 6º e 7º anos, sendo que só retomam se perceberem a necessidade. Essa visão da variação como conteúdo “isolado” está presente tanto na fala de professores da cidade, quanto do campo.

Conclui-se que o trabalho com a variação ocorre nas séries finais do Ensino Fundamental em Salto do Lontra, porém, para algumas professoras, esse trabalho é desenvolvido principalmente no sexto e sétimo ano, e já para outras o trabalho deve ocorrer em todas as séries, sendo essa segunda visão mais adequada se comparada aos documentos norteadores da educação básica.

4.4 Variação linguística nas práticas de ensino de língua

No que se refere à questão “Quais práticas que contemplam a variação linguística você desenvolve em sala, envolvendo atividades de leitura, escrita e/ou na análise linguística?”, as professoras responderam exemplificando com atividades que desenvolvem.

Na leitura, foi enfatizado o trabalho das professoras em atividades como: leitura de causos, músicas, textos, piadas, vídeos, etc. A professora 05 comentou *“eu trabalho muito também ah:: com músicas... néh a gente faz análise de músicas... das falas do dia a dia das falas regionais... néh de cada região...”*. Nessa fala, a professora enfatizou que, na realização de seu trabalho, um dos focos é o fator extralinguístico da variação

geográfica/regional que “está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas” (ALKMIN, 2001, p. 34). Essa condução do trabalho é pertinente com a literatura e documentos norteadores, porém o professor também deve trabalhar com os demais fatores extralinguísticos e intralinguísticos da língua.

Os PCN e as DCE apontam como sugestão de trabalho com a leitura: leitura de diferentes textos de diversas esferas sociais, como jornalística, judiciária, cotidiana, midiática, etc. (BRASIL, 1998; PARANÁ, 2008). Portanto, as práticas desenvolvidas pelas professoras estão em conformidade com o que sugerem os PCN e as DCE, pois o trabalho deve possibilitar o contato com as diversas variedades da língua, presentes nos diferentes textos.

Na escrita, as professoras comentaram que realizam atividades como a produção de cartas, textos, histórias em quadrinhos, propagandas, piadas, transcrição de textos e cartazes. Na resposta da professora 03, ela comenta que *“também transcrevendo esse texto de uma linguagem ah variada para o padrão porque hoje é interessante devido à questão social que nós estamos”*. Essa atividade escrita demonstra que a professora está preocupada com o domínio da variedade de prestígio da língua, pois a atividade é para que os alunos aprendam essa variedade. Essa visão da professora 03 não está seguindo as orientações dos documentos norteadores de ensino que propõem a valorização de todas as variedades da língua. Dessa forma, se o trabalho não for bem conduzido, poderá levar os alunos a pensarem que as demais variedades não devem ser usadas.

As DCE e os PCN apontam como exemplo de práticas escritas a serem desenvolvidas: convite, bilhetes, notícia, editorial, artigo de opinião, carta do leitor, relatórios, resultados de pesquisa, resumos, transcrição de textos orais, etc. As entrevistadas, por sua vez, citam exemplos como: piadas, transcrições de textos, produção de cartazes, entre outras, relacionadas ao que é apresentado como possibilidades pelos documentos norteadores.

Quanto à análise linguística, as atividades apresentadas são de análise de textos, músicas, causos, cartazes, vídeos, etc. Uma das propostas de atividades apresentadas é a da professora 06 que comenta: *“a palavra: (ruídos) você que antes era vosmecê ou vossemecê e que agora diante da linguagem reduzida ao meio eletrônica ao V i C ao: no facebook no:: na: nos: nas:: redes sociais néh... o mesmo acontece com as palavras escritas com ph por exemplo como era o caso de pharmácia e agora farmácia..”*. Aqui destaca-se o trabalho com relação as mudanças que a língua sofreu ao passar dos anos e o trabalho com a variação nos meios eletrônicos, pois se aproxima da realidade de uso da língua pelos alunos. Na análise linguística, as DCE sugerem o trabalho com o léxico, com as mudanças na língua, quanto ao

uso de gírias, grau de formalidade, etc. (PARANÁ, 2008). Assim, as práticas adotadas pelas professoras estão consonantes ao que orientam os documentos da educação básica.

O eixo com mais exemplos de utilização do trabalho com a variação linguística na fala das professoras foi a oralidade. Destacam-se, dentre as falas, atividades como: pesquisa gravada com a fala dos alunos e dos pais, transcrições, teatros, apresentações, contação de histórias, etc. A professora 04 comentou: *“como trabalhamos eh teatro apresentações é::: um incentivo muito pra que eles reforcem... é:: as características de cada::... personagem”*. Aqui a professora destaca que nas apresentações os alunos devem valorizar os personagens e suas variedades linguísticas. As DCE apontam possibilidades de trabalho com a oralidade, como: dramatizações, depoimentos, debates, seminários, júris simulados, linguagem em uso na TV e internet, etc. Portanto, confrontando as entrevistas com as DCE, acredita-se que as práticas das professoras estão semelhantes às possibilidades sugeridas pelo documento.

4.5 A variação linguística nos materiais didáticos

Na questão “Você produz seu material didático e ou usa material didático disponibilizado pelo estado para trabalhar com a variação linguística? Comente sua opção”, todas as professoras declararam que utilizam o livro didático e outros materiais como internet, músicas, causos, piadas, vídeos para trabalhar com a variação: *“eu uso::: o material lógico o livro didático mas a gente vamo faz pesquisa na internet joguinhos bingo ah atividades em grupo trabalha com música com causo com piadas que eles adoram neh”* (professora 01).

Outra professora comenta que *“ah por exemplo vídeos neh... tem o do Chico Bento lá que eh bem legal de trabalhá... histórias em quadrinhos...”* (professora 02). Essa professora ainda comenta *“pra eles percebê a diferença neh::: do falar do... lá ele era do interior daí veio pra cidade e ele percebeu que era tudo... diferente neh... aliás... ele era da cidade e veio pro interior...”*. Nessa fala, a professora afirma que trabalha com o personagem Chico Bento, para demonstrar as diferenças entre a fala do campo e da cidade, mas essa é uma visão estigmatizada da variação. Bagno (2007, p. 120) discute que as revistas do Chico Bento “[...] não são representações fiéis das variedades linguísticas que eles supostamente veiculam”, pois nessas produções estão presentes intenções artísticas, lúdicas e estéticas, e não uma transcrição da fala das pessoas. Além disso, a fala do personagem Chico Bento traz traços graduais que estão presentes em praticamente todas as variedades linguísticas do Português do Brasil, e não somente a rural. Portanto, de acordo com Bagno (2007), utilizar as revistas do Chico Bento como uma opção para o trabalho com a variação pode não ser uma boa prática, pois o trabalho muitas vezes é somente de transcrição para a variedade padrão da língua. Caso

essas revistas sejam usadas para conscientizar sobre os estereótipos que apresentam, então sim podem configurar uma boa prática.

Outros exemplos de recursos utilizados estão na fala da professora 04: *“é eu produzo meu material tenho muito hábito de reunir muitas coisas de Livros de internet... não especificamente do site do estado... mas assim... de maneira geral eu procuro pesquiso i ah: adapto neh de acordo com minha realidade...”*; e da professora 07, que elenca a importância do trabalho com os recursos da internet: *“... eu trabalho com material disponibilizado pelo estado... que é o livro didático... mas também... eu busco outros materiais então outros textos... outras formas atividades diversificadas... tanto impresso quanto online também que hoje uma ferramenta... importante a nosso favor se nós soubermos usa é a internet”*.

Bagno (2007) afirma que muitos livros didáticos trabalham para combater o preconceito linguístico e a valorização da multiplicidade da língua, porém ainda neles são enfrentados problemas quanto à confusão dos termos e conceitos dos fenômenos de variação e mudança. Portanto, o professor deverá selecionar as atividades e práticas a desenvolver em relação à variação linguística. O autor oferece algumas sugestões de trabalho, utilizando diversos recursos como: produção de documentários, entrevistas, filmagens e gravações envolvendo as diferentes variedades da língua.

Partindo das entrevistas das professoras, pode-se afirmar que elas desenvolvem um trabalho dinâmico, utilizando diversos recursos para o desenvolvimento do trabalho com a variação linguística em sala de aula, e isso está em conformidade com os documentos norteadores da educação básica. Porém, também foram observados problemas quanto ao uso de textos “não reais”, como os da revista Chico Bento, e também transcrições de variantes estigmatizadas para a variante padrão da língua, devendo ocorrer uma reflexão sobre a utilização dessas práticas e materiais em sala de aula.

4.6 A contemplação dos PCN e DCE no planejamento das aulas

No momento em que as professoras foram questionadas quanto a “Você considera as Diretrizes Curriculares do Paraná e os Parâmetros Curriculares Nacionais no planejamento das suas aulas?”, elas responderam que atualmente perderam o contato com os PCN, utilizando somente as DCE, como na fala da professora 03: *“no planejamento das minhas aulas nós usamos as diretrizes curriculares que são do Estado do Paraná...”*; e ainda na fala da professora 04: *“eh nos consideramos as diretrizes sim... os parâmetros curriculares não mais porque entendemos que hoje o nosso material é as diretrizes...”*.

Essas duas professoras ainda comentaram o porquê de não seguirem os PCN: *“... não*

tem como seguir ah:: as Diretrizes Curriculares do Paraná e os Parâmetros Nacionais neh... então essa é uma meta que nós temos e trabalhamos em cima das Diretrizes Curriculares do Paraná..” (professora 03), ou seja, essas professoras alegam que esses documentos norteadores se excluem, a medida que são substituídos um pelo outro, porém, no que condiz ao trabalho com a variação linguística, acredita-se que as professoras poderiam utilizar os dois documentos.

Quanto ao direcionamento do trabalho com a variação nesses documentos norteadores, as professoras afirmam que *“... as variações cita que é importante respeitar a o ah... uhum... a fala dos alunos neh mostrando que depois na escrita você TEM o dever de mostrar que na escrita nem toda fala vai ser aceita... mas que é importante trabalhar em sala de aula no sentido de respeito às diversidade linguística...”* (professora 04). Essa professora argumenta que há variação entre oralidade e escrita, e que a escrita formal exige a variedade padrão da língua, e também cita o respeito à diversidade, que é um tema enfatizado nos PCN e nas DCE.

E ainda quanto ao trabalho com a variação regional, a professora 05 afirma: *“fala lá da diversidade da linguagem neh... mais a gente conhecendo sabe qui... é vai varia de acordo com região...”*. Essa questão da variação geográfica foi a que mais esteve presente na fala das professoras, podendo-se dizer que é uma das questões mais abordadas quando se trata de variação, no entanto vale ressaltar que o trabalho não deve ser focado somente nisso, pois os demais fatores também devem ser trabalhados em sala de aula.

Dessa forma, constatou-se que atualmente as professoras entrevistadas trabalham seguindo o norteamento apresentado nas DCE, e já muitas não têm um contato com os PCN. Observando os PCN e as DCE, pode-se afirmar que com relação à variação linguística o trabalho poderia ser realizado seguinte os dois documentos.

4.7 O ensino da variação linguística no campo e na cidade

Quanto à questão: “Na sua opinião o trabalho com a variação linguística no campo e na cidade deve ser diferenciado? Por quê?”, as professoras 01, 02, 03, 05 e 07 responderam que para elas o trabalho não deve ser diferenciado: *“não: porque tanto os aluno do campo quanto os da cidade devem ter os mesmos saberes”* (professora 02) e ainda *“... porque nós... que moramos em:: cidades pequenas municípios pequenos a gente tem uma... mediação muito variada de alunos que vão da cidade pro interior do interior pra cidade... i eu... na minha opinião eu penso assim não trabalhar de forma diferente mas aproximar uma da outra...”* (professora 03). Essa entrevistada aborda a questão da cidade ser pequena, e portanto a

linguagem é semelhante na cidade e no campo, sendo essa uma visão do espaço “rurbano”, que é discutida pela Sociolinguística (BORTONI-RICARDO, 2004).

Bagno (2008) e Martins, Vieira e Tavares (2014) afirmam que o termo rurbano é utilizado para definir populações rurais, com integração com a cultura urbana e populações urbanas com preservação dos antecedentes rurais. Esse fenômeno ocorre nas periferias das grandes metrópoles e também em cidades pequenas, em que há uma mescla de indivíduos com antecedentes do campo e da cidade. O mesmo fenômeno ocorre no Município de Salto do Lontra, que, por ter poucos habitantes, agrega na zona urbana indivíduos oriundos do campo e da cidade, ocorrendo assim o fenômeno rurbanização.

A professora 07 também aborda essa questão: *“Devemos levar em consideração que por morarmos em uma cidade pequena... o estilo de vida do campo e da cidade não é tão difeREnte...então eu procuro observa por TURmas e de acordo com cada TURma eu... trabalho ou não de forma de forma diferenciada”*, ela enfatiza ainda que as mudanças na forma de trabalhar devem ser observadas pela especificidade de cada turma.

No PPP de uma das escolas do campo, é definido que os conteúdos ainda não foram organizados de acordo com a realidade do campo, mas que o professor poderá adaptar as práticas, se acreditar ser necessário. Portanto, acredita-se que o ensino de língua no campo e na cidade em contexto rurbano pode ser o mesmo, pois há semelhanças no uso da língua e ainda não foram produzidos conteúdos e práticas específicas para o campo.

Já as professoras 04 e 06 afirmam que o trabalho deve ser diferenciado, pois os alunos do campo são mais carentes quanto à linguagem *“então acho que tem que fazer um trabalho diferenciado SIM... porque na cidade a gente trabalha com questões que ora outra aparecem mas no interior essas... essas variações elas são mais frequentes diariamente a gente convive com alunos... que puxam o r...”*⁶ (professora 04), essa visão é questionável, pois há alunos da cidade que também utilizam o “r” “puxado”, principalmente em cidades rurbanas.

Portanto, analisando os documentos norteadores da educação básica, pode-se afirmar que o trabalho no campo e na cidade pode ser semelhante, principalmente em cidades rurbanas, como o Município de Salto do Lontra, no entanto, se os professores avaliarem que em determinada turma o trabalho deve ser diferenciado, o professor poderá adaptá-lo.

⁶ Aqui, a professora se refere ao uso da vibrante simples “r”, no lugar da vibrante múltipla “rr”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as entrevistas e confrontando-as com os PCN, DCE e literatura que aborda o trabalho com a variação linguística em sala de aula, pode-se concluir que as professoras de Língua Portuguesa do Município de Salto do Lontra trabalham com a variação linguística nas aulas de Português. Outro ponto identificado foi que algumas professoras trabalham a variação como um conteúdo isolado no sexto e sétimo ano do Ensino Fundamental, e já outras professoras abordam a variação como uma prática constante. De acordo com os documentos que orientam a educação básica, o trabalho com a variação linguística deve ser uma prática constante em sala de aula, independente do ano escolar.

Durante as análises, também se observou que a maioria das professoras entrevistadas trabalham orientadas somente pelas DCE, não atentando-se para as orientações dos PCN, alegando que os documentos se excluem, a medida que um é substituído pelo outro. Porém, quando se trata da variação linguística, de acordo com o levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa, os documentos não são excludentes. Sendo assim, acredita-se que as professoras poderiam seguir as orientações de ambos os documentos quanto ao trabalho com a variação linguística.

Outra conclusão observada durante as análises foi de que algumas das professoras alegam que o trabalho da variação deve ser diferenciado no campo e na cidade. Porém, se observadas as orientações dos PCN e das DCE, e também os PPP das escolas, eles não diferenciam o trabalho. Já a literatura de ensino de Língua Portuguesa enfatiza que em cidades pequenas, classificadas como “rurbanas”, o ensino deve ser semelhante, visto que a população do campo e da cidade está mesclada nas escolas.

Comparando o presente estudo a uma pesquisa realizada por Freitas (2015), que também entrevistou professores de Língua Portuguesa, pode-se dizer que os estudos e os resultados obtidos são semelhantes. No estudo realizado por Freitas (2015) com professores de Londrina, Paraná, verificou-se que estes desenvolvem o trabalho com a variação em sala de aula, e também utilizam diversos recursos didáticos, porém lá os professores se baseiam especificamente nos PCN como elemento norteador para o trabalho, diferenciando-se da presente pesquisa, em que a maioria das entrevistadas afirmou utilizar as DCE.

A presente pesquisa apresentou algumas fragilidades, como a dificuldade de verificação efetiva, na prática, em sala de aula, do que as professoras disseram nas entrevistas. Para isso, seria necessária a observação das aulas ministradas pelas professoras, porém, devido ao tempo disponível para a pesquisa, isso não foi realizado. Outra fragilidade foi a de que algumas professoras pediram algum tempo para se prepararem para a entrevista, trazendo

anotações prontas para facilitar as respostas, sendo que, talvez, algumas das respostas obtidas não demonstrem “fielmente” o que as professoras desenvolvem.

Durante as entrevistas, chegou-se a algumas hipóteses que poderiam ser analisadas em futuras pesquisas, dentre elas: durante as entrevistas as professoras praticamente não comentaram sobre o fenômeno de mudança linguística, sendo uma das hipóteses levantadas a de que elas não trabalham com essa conceituação. Outra hipótese está relacionada ao trabalho com os fatores extralinguísticos e intralinguísticos, visto que durante as respostas, apareceram explicitamente somente os fatores extralinguísticos, pode-se considerar como uma hipótese o não trabalho explícito com os fatores intralinguísticos da língua. Por fim, a tendência a não abordar a variação social pode levar a referência de que por ser uma temática mais polêmica, haja vista os maiores preconceitos referirem-se a esse tipo de variação, merece estudos futuros.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística - Parte I. In: BENTES & MUSSALIN (org). *Introdução a linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo-SP: Parábola editorial, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa, 3º e 4º ciclos. SEF: Brasília, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo-SP: Parábola Editorial, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação Linguística. In: *A relevância social da Linguística linguagem, teoria e ensino*. São Paulo-SP: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

FREITAS, Wéllem Aparecida. Há variação linguística nas escolas públicas? Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ha_variacao_linguistica_nas_escolas_publicas.pdf. Acesso em 25 de maio de 2015.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1994.

GREGOLIN, Maria Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: *A relevância social da LINGUÍSTICA linguagem, teoria e ensino*. São Paulo-SP: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice. *Ensino de português e sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Língua Portuguesa. Curitiba: SEED, 2008.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras: de Leitura do Brasil, 1996.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual do Bairro Itaipu - Ensino Fundamental. Salto do Lontra - PR, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Barra do Lontra - Ensino Fundamental. Salto do Lontra - PR, 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Nosso Senhor do Bonfim - Ensino Fundamental. Salto do Lontra - PR, 2012.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Jorge de Lima - Ensino Fundamental. Salto do Lontra - PR, 2013.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: Uma perspectiva social*. São Paulo: Editora ática, 11ª edição, 1994.

RODRIGUES, Rosângela H. CERRUTI- RIZZATI, Mary E. Construção histórica da disciplina de Língua Portuguesa: da gramática conceitual aos usos sociais da linguagem. In: *Linguística Aplicada*. Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2011.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolinguística*. 7º ed. São Paulo-SP: Editora Ática, 2003.